

Visão

20-06-2013

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Economia

Dimensão: 1843

Imagem: S/Cor

Página (s): 32 a 35

JACKPOT DOS SUBSÍDIOS

O Tribunal Constitucional impediu que os funcionários públicos e os pensionistas ficassem sem subsídio de férias em 2013, mas não determinou a data em que deveriam ser pagos. Agora, para cumprir as previsões orçamentais, o Governo quer adiar o pagamento para o final do ano. E, subitamente, o pior verão dos últimos 200 anos, como promete a meteorologia, ficou com menos cor ainda.

Exceto para alguns «sortudos»...

POR SÓNIA SAPAGE

No ano em que a recessão foi agravada pelas más «condições meteorológicas», como disse o ministro das Finanças, o verão tarda em chegar. E com ele tardam também os subsídios de férias dos funcionários públicos e pensionistas, cujo pagamento integral o Governo quer adiar para novembro e dezembro. Com as novas regras à espera de promulgação, algumas autarquias e empresas públicas já prometeram abrir os cordões à bolsa, em tempo de veraneio, mas os descontos fiscais a aplicar poderão ser incorretamente calculados. Retrato de uma decisão (e suas consequências) que, para o social-democrata Marcelo Rebelo de Sousa, é «um desastre político sem nome».

Dois meses e meio depois de o tribunal competente ter emitido um acórdão determinando a inconstitucionalidade da eliminação do subsídio de férias para trabalhadores do Estado e reformados, ainda não está em vigor a nova lei que determina o seu pagamento. Pelas regras antigas (as que vigoram), estas subvenções devem ser pagas em junho e julho, mas o Governo emitiu uma

nota que enfureceu sindicatos, oposição e funcionários, dando indicações aos serviços públicos para reterem o dinheiro.

As novas regras, que aguardam o aval de Belém, determinam que só sejam pagos em junho (funcionários públicos) e julho (pensionistas) os subsídios de quem recebe até 600 euros. Os que ganham entre 600 e 1 100 euros receberão em duas tranches: uma em junho ou julho e outra em novembro ou dezembro, consoante se trate de trabalhadores do Estado ou de reformados da CGA e da Segurança Social. A partir dos 1 100 euros, o subsídio só será pago, na íntegra, em novembro – aos aposentados serão entregues 10% em julho e 90% no final do ano.

Na última segunda-feira, 17, o líder parlamentar do PS, Carlos Zorrinho, propôs que todos os subsídios de férias fossem pagos até 15 de julho. «Não há nenhuma razão para que isso não seja feito», afirmou.

Um terço das autarquias paga já

Na verdade, e de acordo com um levantamento feito pela VISÃO, aproximadamente um terço das autarquias portuguesas (e ainda o Governo Regional dos Açores, a TAP e a Lusa), gozando de autonomia conferida ▶



Visão

20-06-2013

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Economia

Dimensão: 1843

Imagem: S/Cor

Página (s): 32 a 35



lei, até já pagaram ou vão pagar, durante os meses de junho e julho, a totalidade dos subsídios de férias aos seus funcionários. Esta solução acabou por gerar dificuldades relacionadas com a determinação das taxas de IRS a aplicar, o que motivou várias notícias dando conta de que quem já recebeu as subvenções, terá o salário encurtado em julho.

Só a 7 de junho é que o Parlamento votou, favoravelmente, o diploma, adiando a reposição dos subsídios do verão para o final de 2013. E apenas na sexta-feira, dia 14, foi aprovada, por unanimidade, em comissão parlamentar a redação final da proposta de lei sobre o subsídio de férias. O texto deverá ter seguido, entretanto, para Belém, a fim de ser promulgado por Cavaco Silva. Ao contrário do que tem sido dito, e ao que a VISÃO apurou, o Presidente tem agora 20 dias, e não dez, para decidir, o que pode atirar a publicação da lei em *Diário da República* para julho. «Sendo uma Lei da Assembleia da República o Presidente terá 20 dias para decidir», confirmou a Casa Civil.

Até lá, o Governo, que deu indicações para que os subsídios não fossem pagos, estará «fora da lei», acusa a esquerda. «É uma decisão de quem se habituou a incumprir a Constituição da República», lamentou José Abraão, vice-secretário-geral da Frente Sindical da Administração Pública (Fesap). O Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol) emitiu um comunicado ainda mais duro, ameaçando pedir «juros de mora sobre os capitais em dívida», se houver atrasos no pagamento do subsídio de férias dos polícias.

Na ironia de José Adelino Maltez, poli-



ACÓRDÃO Depois de o Tribunal Constitucional ter ordenado, em abril, a reposição dos subsídios de férias no Estado, em 2013, o Governo demorou mais de dois meses a legislar essa questão

Uma centena de autarquias já pagaram, ou vão pagar em junho e julho, os subsídios, desobedecendo a uma diretiva do Governo

tólogo, este é «um problema que não é de tática, mas de manha, típica daquilo a que se chama Governo de espertos, que coloca o verbo ao serviço da verba» e que «reduz a lei à mera ordem de um cretino, típico do administrativamente hierarquista, onde no vértice está o financeirismo». O professor universitário vai mais longe: «Traduz o início de uma fragmentação do sentido de serviço público e torna-se um perigo, porque pode justificar novas medidas no sentido da centralização, aproveitando o pretexto.»

Ponderado, o ex-ministro das Finanças Bagão Félix justifica que «o Governo apenas corre o risco de estar fora da lei se a lei apro-

Opinião Vozes discordantes

No interior dos partidos da coligação que suporta o Governo, a opção de adiar o pagamento das subvenções para novembro gerou fortes críticas

«Não há ninguém, nem mesmo no PSD, que aprove o não pagamento dos subsídios de férias em junho aos funcionários públicos. Esta medida não tem defesa.»
Marcelo Rebelo de Sousa

«Trata-se de um gesto gratuito e mais uma agressão aos funcionários públicos.»
Áurea Gomes Luís

«É um erro macroeconómico. Entregando mais tarde o dinheiro às famílias está a não aproveitar para estimular o consumo que, por sua vez, tem consequências no volume de emprego.»
Bagão Félix

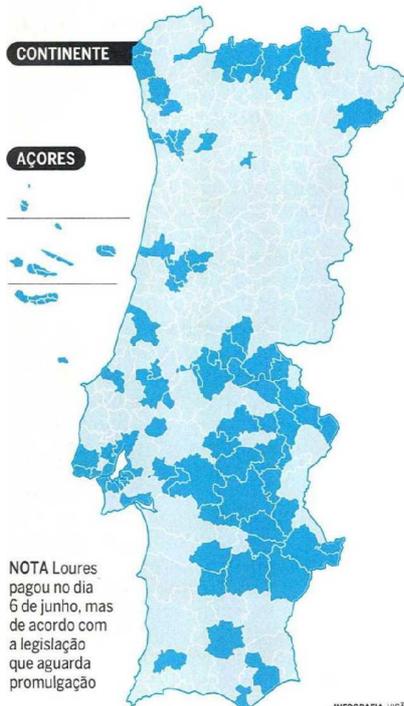
«Espero que não cheguemos ao final da semana que vem com os portugueses a dizerem que têm muitas saudades de Miguel Relvas.»
Nuno Morais Sarmiento



Mapa de pagamentos

Uma centena de câmaras municipais (e também o Governo Regional dos Açores, a Lusa e a TAP) já pagaram ou vão pagar o subsídio de férias aos seus funcionários, na totalidade, entre junho e julho. A «desautorização» faz lembrar a questão do feriado de Carnaval, que o Governo aboliu, mas dezenas de autarquias cumpriram

Câmaras que pagam aos seus funcionários



vada no Parlamento não for promulgada e publicada até finais de junho (isto quanto a funcionários; quanto a reformados, o mês de pagamento é o de julho)».

Para este conselheiro de Paulo Portas – e também de Estado – a medida que o Governo quer concretizar de adiar o pagamento do subsídio de férias para o fim do outono é errada. «A medida é errada por várias razões:

- 1) cria um problema político desnecessário, até tendo em conta o facto de o Governo ter anunciado que tinha os recursos financeiros assegurados até ao fim do ano; 2) evidencia uma não disfarçada reação negativa ao acórdão do Tribunal Constitucional, ao repor o subsídio, mas não o seu *timing* (outra forma de se ver a questão da equidade face ao setor privado); 3) é mais uma pedra desnecessária na engrenagem da relação com os parceiros sociais; 4) é um erro macroeconómico, pois entregando mais tarde o dinheiro às famílias está a não aproveitar para estimular o consumo que, por sua vez, tem consequências no volume de emprego.»

Elefante numa loja de porcelanas

Sobre as razões invocadas para a alteração das regras precisamente no mês em que deviam começar a ser pagos os subsídios (o secretário de Estado do Orçamento, Luís Morais Sarmento, disse que, se os pagamen-



VÍTOR GASPAR O ministro foi criticado pela oposição, pelo PSD e pelo CDS

tos tivessem lugar agora, «estariamos a pôr em risco os limites trimestrais do défice», Bagão explica: «O pagamento em junho, julho ou dezembro é indiferente, do ponto de vista da execução orçamental em 31 de dezembro. Pode não o ser, no entanto, em termos de gestão de tesouraria, embora recorde que o Governo disse que tinha todas as necessidades de tesouraria para este ano

já asseguradas.»

No último debate quinzenal, no Parlamento, Pedro Passos Coelho foi «apertado» pela esquerda e clarificou: «Não é uma questão de saber se existe dinheiro na caixa ou não existe dinheiro na caixa. É uma questão de saber se o Governo consegue cumprir uma previsão que tem.»

A justificação caiu mal na oposição, mas também no interior do CDS e do PSD. António Capucho classificou a decisão da equipa de Passos Coelho de «inexplicável». Manuela Ferreira Leite definiu-a como «mais uma agressão aos funcionários públicos». Pires de Lima criticou Vítor Gaspar e sugeriu-lhe «que se pagasse o subsídio de férias aos funcionários públicos, nos meses em que eles vão de férias, ou seja, junho, julho e agosto». E Marques Mendes disse que o Governo «gere isto como um elefante numa loja de porcelanas». Que é como quem diz: aos pontapés. ▽

«Se Vítor Gaspar diz que fruto do sucesso do leilão da dívida feito na semana passada o País tem garantido o financiamento das suas atividades até ao final do ano (...) eu sugeria que se pagasse o subsídio de férias aos funcionários públicos, nos meses em que eles vão de férias, ou seja, junho, julho e agosto.»
Pires de Lima

«O primeiro-ministro disse que não há problemas de tesouraria nem de liquidez. Se há dinheiro e se é igual do ponto de vista orçamental, porque não pagam tudo agora? O Governo gere isto como um elefante numa loja de porcelanas, é tudo aos pontapés.»
Marques Mendes

«A atitude do Governo é inexplicável e prejudica injusta e ilegalmente não só os destinatários do subsídio como a própria economia nacional. Bem andam as câmaras que decidiram cumprir a lei e pagar este mês.»
António Capucho

«Censuro, porque o Governo tem de ser claro. Não pode atuar assim desta maneira confusa.»
Paulo Rangel

«Não tenho qualquer problema em pagar. Tenho dinheiro para pagar e quero pagar. É isso que vamos fazer a não ser que entretanto surja uma lei que inequivocamente o proíba.»
Rui Rio